



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

### COMITÊ-EXECUTIVO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE ESCOLAS CONECTADAS

#### ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

##### Dados da Reunião:

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
12/03/2025	9h30	11h	Reunião Virtual Microsoft Teams

##### Participantes:

##### Membros do Comitê:

Nome	Unidade	Presença
Leonardo Osvaldo Barchini Rosa (Coordenador do Comitê)	SE/MEC	Presente
Evânio Antônio de Araújo de Júnior (Suplente)	SE/MEC	Presente
Kátia Helena Serafina Cruz Schweikardt (Titular)	SEB/MEC	Presente
Anita Gea Martinez Stefani (Suplente)	DAGE/SEB/MEC	Presente
Thalita Ferreira de Oliveira (Titular)	SAM/CC	-
Roberto Ramos Colletti (Suplente)	SAM/CC	Presente
Carolina Pereira Tokarski (Titular)	SAM/CC	-
Barbara Bacellar Rodrigues de Godoy (Suplente)	SAM/CC	Presente
Sônia Faustino Mendes (Titular)	SE/MCOM	Presente
Juliano Stanzani (Suplente)	MCOM	-
Hermano Barros Tercius (Titular)	MCOM	Presente
David de Oliveira Penha	MCOM	Presente
Juana Nunes Pereira (Titular)	MCTI	Presente
Cláudia Ferreira de Maya Viana (Suplente)	MCTI	-
André Luiz Dias de Oliveira (Titular)	MME	Presente
Andrea Naritza Silva Marquim de Araújo (Suplente)	MME	Presente
Eduardo Marques da Costa Jacomassi (Titular)	ANATEL	Presente
Patrícia Rodrigues Ferreira (Suplente)	ANATEL	Presente
Fernanda Pacobahyba (Titular)	FNDE	-
Marcio Augusto Roma Buzar (Suplente)	FNDE	Presente
Levi Pereira Figueiredo Neto (Titular)	TELEBRAS	Presente
Nauro Luiz Scheufler (Suplente)	TELEBRAS	-
Maria Araújo Parreiras (Titular)	BNDES	Presente

Daniel dos Santos Carvalho (Suplente)	BNDES	Presente
Nelson Simões da Silva (Titular)	RNP	Presente
Antonio Carlos Fernandes Nunes (Suplente)	RNP	Presente

**Outros Participantes:**

Nome	Unidade
Ana Ungari Dal Fabbro	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Ana Carolyne Alves Afonso	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Marina Galvão Kovács	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Gabriel Negri Nilson	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Guilherme França Corrêa	CGTI/DAGE/SEB/MEC
João Vitor Silva Miranda	CGTI/DAGE/SEB/MEC
Tassiana Cunha Carvalho	SE/MEC
Edivar Ferreira De Noronha	SE/MEC
Andrea Cristina Alves da Silva	FNDE
Kelly Miyuki Oshiro	Casa Civil
Eduardo Takafashi de Alcantara	MCOM
Leilane Daisy Almeida	FNDE
Isadora Daud Caiuby	SEB/MEC
Welton Silva	SEB/MEC

**Pauta da Reunião:**

Item	Descrição
1	Indicador Escolas Conectadas (deliberativo);
2	Atualizações sobre o monitoramento das políticas de conectividade;

**RELATO DA REUNIÃO:**

**Leonardo Barchini, coordenador do Comitê**, iniciou a reunião cumprimentando os participantes e confirmando as presenças. Em seguida, passou a palavra a Ana Úngari Dal Fabbro para dar início à discussão sobre a primeira pauta.

**1. Indicador Escolas Conectadas (deliberativo)**

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, iniciou recapitulando a sexta reunião ordinária do comitê, mencionando a apresentação do indicador de escolas conectadas e a solicitação da Anatel para reconsiderar o momento da verificação da energia adequada na árvore de decisão do indicador. No modelo anterior, conforme explicou, primeiro se avaliava se a escola estava conectada, se possuía velocidade adequada e WiFi, e apenas na última etapa se confirmava se a escola tinha energia adequada, o que ocasionava que algumas escolas ainda com geradores fósseis ficassem em níveis avançados de conectividade. Diante dessa solicitação, decidiu-se alterar a árvore de decisão, colocando a energia adequada como a primeira checagem. Assim, se a escola não dispuser de energia ou contar apenas com energia por combustíveis fósseis, ela passa a ser considerada “não conectada ou sem energia adequada”. Com essa mudança, todas as escolas consideradas conectadas a partir do nível um já possuem energia adequada, conferindo mais precisão e confiança ao indicador. Ajustes dessa natureza levaram a uma pequena variação nos números, com impacto especialmente nas escolas não conectadas, que agora incluem aquelas sem energia adequada, resultando em uma alteração de 0,5% no percentual.

**Andre Luiz Dias de Oliveira, titular**, questionou se se tratava de um diagnóstico ou de um indicador e o

que estava sendo medido por esse indicador.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, explicou que é um indicador que permite categorizar as escolas de acordo com seus níveis de conectividade, ajudando a mapear quais escolas precisam solucionar problemas de energia, solucionar problema de ter algum acesso à internet, qualificar esse acesso em termos da velocidade ou qualificar o acesso à internet considerando o Wi-Fi adequado.

**Leonardo Barchini, coordenador do Comitê**, então conduziu a aprovação do indicador, concluindo que, sem manifestações contrárias, o indicador estava aprovado.

**Deliberou-se:** Aprova-se o Indicador Escolas Conectadas com os ajustes solicitados na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Executivo da Enec (28/11/24).

## **2. Atualizações sobre o monitoramento das políticas de conectividade**

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, apresentou os dados mais atualizados do indicador escolas conectadas, já considerando o ajuste aprovado. No universo de 137.914 escolas, 7.000 (aproximadamente 5%) estavam classificadas como "não conectadas ou sem energia adequada", enquanto 9% estavam no nível um, 23% no nível dois, 8% no nível três, 10% no nível quatro e 42% no nível cinco. A apresentação incluiu um mapa com a distribuição geográfica dessas escolas e uma série histórica comparando os dados de 2023, 2024 e janeiro de 2025. No lançamento da ENEC, em 2023, apenas 42% das escolas estavam conectadas nos níveis quatro e cinco. Esse percentual subiu para 51% em 2024 e, nos dados mais recentes, chegou a 53%. Ana também detalhou a evolução por região – com a região Sul passando de 61% para 68%, o Centro-Oeste de 60% para 67%, o Nordeste de 42% para 54%, o Sudeste de 41% para 52% e a Região Norte de 21% para 31% conectadas nos níveis 4 e 5. Dando continuidade, apresentou um panorama das políticas de conectividade, trazendo os status atualizados de acordo com as informações do monitoramento recebido pelos órgãos de cada política. Iniciando pelo GAPE, informou que a previsão de atendimento até 2026 é de 38.000 escolas. Quanto à ativação nas fases 2 e 3, 131 escolas já contam com energia elétrica, 3% das escolas ativadas com rede externa e 1% com rede interna. Entre os principais desafios, citou a necessidade de conclusão da contratação de internet satelital para 5.200 escolas e a paralisação da fase 4.2. Outro ponto de atenção destacado foi a incorporação dos painéis solares da EACE pelas concessionárias no âmbito do Luz para Todos. Além disso, mencionou impactos causados por escolas desativadas e mudanças de endereço, que resultaram na sobra de kits de energia solar, questão que segue em discussão no âmbito do GAPE.

**Bárbara Bacellar Rodrigues de Godoy, suplente**, questionou quais são os desafios enfrentados nas fases 2 e 3, considerando que a previsão era concluir a implementação de 5.000 escolas até outubro de 2025. Também questionou sobre a paralisação da RFP da fase 4 e da contratação satelital, se tem algum marco temporal de expectativa de quando seria possível ter algum tipo de solução para esses dois desafios.

**Hermano Barros Tercius, titular**, explicou que o andamento das escolas já contratadas está caminhando bem, ressaltando que, apesar de dificuldades – como problemas de acesso, mudanças de endereço e períodos de férias escolares – a tendência é de concluir tudo dentro do prazo. Ele destacou que a principal questão era a conexão satelital, que envolvia mais de 5.000 escolas das fases 2, 3 e 4.1, atualmente paralisada devido a discussões jurídicas. Em seguida, destacou que, quando se considera a interseção entre rede interna e externa, o número de escolas conectadas alcança 912, reiterando que a resolução dos entraves na conexão satelital era fundamental para que o cronograma fosse cumprido conforme o previsto.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, iniciou a apresentação do FUST na modalidade de benefício fiscal. Recapitulando, destacou que o edital foi lançado no ano passado e que a implementação nas escolas teve início em dezembro. Informou que o primeiro edital do benefício fiscal prevê o atendimento de 15.444 escolas. Até o momento, 174 escolas foram ativadas nos dois desafios, ou seja, já contam com internet e Wi-Fi completos, e, considerando apenas a rede externa, 5.985 escolas já contam com o link instalado. O edital previa que até o final de janeiro 8.240 escolas estivessem ativadas, sendo 96% delas conectadas pela Vivo. Contudo, a implementação foi impactada pelo período de férias, dificultando o acesso da Vivo às escolas para instalação. Com a retomada das aulas, o processo acelerou, mas ainda está aquém do previsto no cronograma. Ana ressaltou que, no geral, está previsto que 9.430 escolas estejam conectadas até o final de 2025 e o restante até junho de 2026. Em seguida, passou a palavra para o Ministério das

Comunicações.

**Hermano Barros Tercius, titular**, informou que, atualmente, 1.501 escolas já foram ativadas, confirmando que o período de férias causou dificuldades na implementação. No entanto, com o retorno das atividades escolares, houve um avanço significativo, principalmente na rede interna.

**Bárbara Bacellar Rodrigues de Godoy, suplente**, questionou quais são as estratégias de comunicação que estão sendo pensadas para divulgar a iniciativa ao longo do ano, considerando que 15.000 escolas serão atendidas e que 1/3 da rede externa já está ativada.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, destacou que a comunicação dos avanços é fundamental, mas que o MEC aguardava um avanço da rede interna, uma vez que as escolas percebem a chegada efetiva do serviço quando a parte do Wi-Fi está resolvida. Com avanços nessa etapa, propôs que sejam realizadas ações conjuntas de comunicação. Em seguida, Ana iniciou a apresentação do FUST na modalidade não reembolsável orçamentária, explicando que o primeiro edital previa o atendimento de 1.396 escolas, já contratado e em fase inicial de implementação. Em relação ao segundo edital, afirmou que está em fase de discussão final, com diretrizes sob validação final, e que uma reunião está agendada com a Casa Civil, Ministério das Comunicações e BNDES para revisar as diretrizes e a lista de escolas a serem conectadas para a conexão de aproximadamente 700 escolas.

**Maria Araujo Parreiras, titular**, relatou desafios encontrados no primeiro edital, incluindo o período de férias escolares e a transição nas gestões municipais. Além disso, houve atrasos na entrega dos equipamentos de rede interna. Informou que o lote 2, referente aos estados do Amazonas e Acre, recebeu os equipamentos na semana anterior e iniciou a instalação nas escolas. Espera-se que até o final do mês as primeiras escolas sejam ativadas, enquanto os outros lotes aguardam a chegada dos equipamentos. Sobre o segundo edital, destacou a necessidade de definição da lista de escolas.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, iniciou a apresentação do FUST reembolsável. Explicou que se trata de um universo menor, com previsão de 297 escolas, das quais 24 já foram ativadas. Mencionou desafios para o avanço da implementação, pois se trata, em diversos casos, de expansão de fibra, e o prazo de execução é mais longo em razão do modelo de contratação.

**Daniel dos Santos Carvalho, suplente**, pontuou dificuldades inerentes ao modelo reembolsável, uma vez que as empresas precisam identificar viabilidade econômica para investir nos projetos. Ressaltou que, inicialmente, a lista de escolas elegíveis era de quase 40 mil, mas, com a implementação das outras políticas, especialmente o GAPE, essa lista foi reduzida para 6 mil escolas, em grande parte composta por escolas em áreas de Terra Indígena ou assentamentos, onde os desafios são maiores. Destacou ainda que, embora 18% dos recursos do FUST estejam reservados para a educação, há dificuldade em encontrar projetos viáveis para aplicação desses recursos.

**Roberto Ramos Colletti, suplente**, questionou se as operadoras estavam cumprindo a disposição de apresentar um cronograma de atendimento.

**Daniel dos Santos Carvalho, suplente**, explicou que, na fase de análise da operação, é informado um cronograma estimado, mas diversos fatores podem fazer com que esse cronograma não seja atendido. Enfatizou que o prazo contratual, que varia entre 2 e 3 anos, não pode ser exigido em um período menor, uma vez que se trata de um contrato reembolsável, bilateral regido pelas regras operacionais do BNDES.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, apresentou o status da execução da Lei 14.172, informando que, com os recursos destinados à internet e WiFi, há um universo de 20.427 escolas contempladas. De acordo com os dados recebidos dos estados, 6.700 escolas já estão ativadas, o que corresponde a 33%. Destacou a preocupação em relação aos recursos ainda em conta para execução pelos estados, que somam um saldo de 2,4 bilhões de reais a serem utilizados até dezembro de 2026. Parte desses recursos está alocada para conectividade das escolas, enquanto outra parte destina-se à compra de dispositivos e à internet móvel para professores e estudantes. Ana apresentou ainda um panorama da execução por estado, com uma média de execução de 38%. Ana mencionou o lançamento, previsto para março, do edital de compra de dispositivos pelo FNDE, que deve apoiar parte dessa execução, porque facilita a etapa de contratação dos dispositivos pelos estados. Observou que a execução é feita ao longo do tempo, pois muitos pagamentos são mensais e ressaltou que estão monitorando os estados para

identificar dificuldades e destravar questões que impedem a execução, especialmente nos estados com execução zerada. Em seguida, apresentou um resumo sobre a PIEC, que envolve repasses anuais diretamente às escolas para contratação de internet e compra de dispositivos. Em 2023, foram atendidas 96.000 escolas com R\$ 291 milhões, e, no ciclo de 2024, houve expansão no número de escolas atendidas, com valor total de R\$ 301 milhões. Informou que o planejamento do ciclo de 2025 está em andamento e que algumas regras serão ajustadas para evitar sobreposição de recursos. Por fim, destacou que há diferenças na forma de execução pelos estados: aqueles já bem atendidos em internet tendem a investir mais em capital, enquanto os que ainda dependem da PIEC para contratar serviço de internet usam mais o recurso para custeio.

**Roberto Ramos Colletti, suplente**, perguntou sobre o monitoramento da PIEC, mencionando que havia uma previsão de utilização do sistema BB Gestão Ágil para esse fim e questionou se o sistema já estava implantado.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, explicou que, hoje, há dois formatos de monitoramento: um realizado pelo MEC, baseado em dados declarados pelas escolas no preenchimento do plano de aplicação financeira, e outro implementado pelo FNDE em 2024, relacionado à prestação de contas pelo BB Gestão Ágil. No entanto, o MEC ainda não tem acesso detalhado aos dados desse sistema, pois está aguardando informações do FNDE.

**Leilane Daisy Almeida de Oliveira, convidada**, comprometeu-se a verificar com o Banco do Brasil sobre a evolução do BB Gestão Ágil e trará atualizações na próxima reunião.

**Roberto Ramos Colletti, suplente**, sugeriu que, a partir da próxima reunião, fossem apresentadas estatísticas detalhadas sobre o monitoramento do plano de aplicação dos recursos e desafios enfrentados.

**Ana Úngari Dal Fabbro, convidada**, concordou e informou que trará um resumo dos dados de 2024. Ressaltou que os dados do monitoramento da PIEC são utilizados no indicador "Escolas Conectadas", já incorporado ao acompanhamento do MEC e afirmou que esses pontos serão detalhados na próxima reunião do comitê. Em seguida, abordou a situação da energia elétrica nas escolas, destacando que o desafio inicial envolvia 4.300 escolas sem energia elétrica, sendo que, atualmente, o número atualizado é de 3.301 escolas que ainda não possuem energia elétrica adequada. Informou que houve avanço significativo no atendimento: 999 escolas já foram contempladas, 2.044 escolas estão com previsão de atendimento pela EACE nas próximas etapas, 745 escolas devem ser atendidas em 2025 pelo programa Luz para Todos, 34 têm previsão de atendimento até 2026 pelo mesmo programa, e 121 possuem pendências administrativas, nas quais a concessionária ainda não conseguiu efetivar o atendimento, apesar de tecnicamente possível. Há ainda um universo de 357 escolas sem previsão de atendimento, o que demanda uma definição sobre quais escolas podem ser incorporadas no programa Luz para Todos dentro do prazo de 2025/2026 ou se devem ser incorporadas à EACE.

**Andrea Narita Silva Marquim de Araujo, suplente**, esclareceu que o status "sem previsão" refere-se a escolas que já foram reconhecidas e constam na base de dados, mas que não estavam previstas nos contratos em execução do programa Luz para Todos. Destacou que não se trata de escolas sem previsão alguma de atendimento, mas sim de instituições que, por enquanto, não foram priorizadas nos contratos em vigor, tendo em vista a definição do público-alvo prioritário do programa. Explicou que essas escolas precisam ser incluídas em novos programas de obra, que já estão em análise e caminhando para a fase contratual. Andrea enfatizou que, provavelmente, no próximo ponto de monitoramento, o número de escolas com previsão de atendimento deverá aumentar, à medida que diversos planos de obras estão prestes a ser aprovados. No entanto, os contratos ainda em fase de assinatura podem não coincidir com o prazo inicial de 2024/2025, mantendo o cronograma normal de universalização do programa Luz para Todos, conforme previsto no decreto.

**Guilherme França Côrrea, convidado**, explicou que o desafio de 4600 escolas mencionado no relatório executivo se referia ao diagnóstico inicial realizado em julho de 2023, baseado em dados do Censo Escolar 2022. Com a atualização para o Censo 2023 e as vistorias da EACE, esse número foi ajustado para 4.300 escolas, que tem sido o referencial adotado a partir de 2024. Destacou a importância do alinhamento entre todas as partes envolvidas para garantir clareza nos desafios enfrentados. Em relação

ao programa Luz para Todos, explicou que, dentro do universo de 4.300 escolas, 999 já foram atendidas, sendo 868 beneficiadas diretamente pelo Luz para Todos e 763 tiveram sua situação atualizada devido a avanços no monitoramento conjunto entre MEC, MME e distribuidoras de energia elétrica. Nos últimos meses, o programa adicionou 105 novas escolas atendidas. Assim, a soma de 868 pelo Luz para Todos e 131 pela EACE resulta nas 999 atendidas. Ressaltou que grande parte do progresso se deve à atualização dos dados e ao aprimoramento do monitoramento.

**Ana Úngari dal Fabbro, convidada**, destacou as obrigações de fazer, explicando que já existem previsões de atendimento para 2.400 escolas pela V.tal até o final de 2026, tendo sido iniciada a implementação com 201 escolas e com uma previsão de atingir mais 800 escolas até novembro deste ano. Ressaltou que, além disso, outras obrigações de fazer, como as pactuadas com a Algar e a Claro, serão trazidas para os próximos ciclos. Prosseguindo, apresentou o status do GSAC, informando que atualmente tem 11.617 escolas ativadas por esse programa. Entretanto, destacou que cerca de 1.000 escolas estão apresentando baixo tráfego, e, se não houver uma comunicação efetiva para esclarecer a situação, elas poderão ser desativadas. Este é o único ponto de atenção que vem sendo discutido com o Ministério das Comunicações, e estão em contato com essas escolas para ter segurança que elas não precisam mais da internet antes de ter desligamentos.

**Leonardo Barchini, coordenador do Comitê**, encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

#### **APROVAÇÃO**

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos Fernandes Nunes, Usuário Externo**, em 23/05/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Narita Silva Marquim de Araujo, Usuário Externo**, em 23/05/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ARAUJO PARREIRAS, Usuário Externo**, em 25/05/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Evanio Antonio de Araujo Junior, Secretário(a)**, em 27/05/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Usuário Externo**, em 28/05/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **David de Oliveira Penha, Usuário Externo**, em 28/05/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Simões da Silva, Usuário Externo**, em 28/05/2025, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Usuário Externo**, em 28/05/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Augusto Roma Buzar, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Bacellar Rodrigues de Godoy, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Hermano Barros Tercius, Usuário Externo**, em 17/06/2025, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretário(a)**, em 01/07/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5840938** e o código CRC **1A62243A**.